



ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM
31/12/2020



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação: **CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S. MIGUEL DE GANDRA.**

Sede: Av. Padre Luis Pinto Carneiro, nº369 – 4585-172 GANDRA.

Natureza da atividade: Instituição sem fins lucrativos - Prestação de Atividades de Apoio Social: Serviços de Apoio ao Domiciliário, Centro de Convívio e Outros serviços de apoio social.

CAE (código e designação): 88990-Outras Atividades de Apoio Social (sem alojamento).

N.º médio de empregados durante o ano: 8.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Do ponto de vista contabilístico e no que diz respeito a Obrigações, esta entidade pode praticar um regime simplificado de escrituração a que se refere o Artigo 53º do Código do IRC – uma vez que não exerce a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola, no entanto opta pela contabilidade organizada nos termos do artigo 17º do já referido código.

Utiliza o código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo, nos termos da Portaria nº 106/2011 de 14 de março.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da instituição e encontram-se expressos em euros. O euro é, assim, a moeda funcional e de apresentação.

Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações foram calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação que não resultaram em beneficiações significativas dos elementos dos ativos fixos tangíveis, nem lhes aumentaram a vida útil, foram registadas como gastos do período em que ocorreram.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, constando da demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contrato de locação financeira são reconhecidos como tal, sendo as correspondentes depreciações e os juros incluídos nas rendas reconhecidos como gastos dos períodos a que respeitam.

Clientes e outros valores a receber

Os créditos sobre “Clientes” (Utentes) e “Outros devedores” não têm juros implícitos e são registados pelo respetivo valor nominal, abatido de eventuais perdas por imparidade, de forma a que os mesmos reflitam o seu valor realizável líquido.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Quantias escrituradas e movimentos ocorridos no período em ativos fixos tangíveis:

Descrição	Saldo 31/12/2019	Adições	Revaloriz.	Alienações	Transfer. e abates	Saldo 31/12/2020
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	100.556,07	0,00	0,00	0,00	0,00	100.556,07
Equipamento básico	39.752,06	0,00	0,00	0,00	0,00	39.752,06
Equipamento de transporte	67.412,24	0,00	0,00	0,00	0,00	67.412,24
Equipamento administrativo	1.922,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.922,90
Outros ativos fixos tangíveis	14.371,99	0,00	0,00	0,00	0,00	14.371,99
Ativo fixo tangível bruto	224.015,26	0,00	0,00	0,00	0,00	224.015,26
Depreciação acumulada	145.729,99	2.006,10	0,00	0,00	0,00	147.736,09
Ativo fixo tangível líquido	80.291,37	2.006,10	0,00	0,00	0,00	76.279,17

A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos de 2019 e 2018 foi a seguinte:

Descrição	2020			2019		
	Mercadorias	Mat.primas subs.consumo	Total	Mercadorias	Mat.primas subs.consumo	Total
Saldo inicial		846,11	157,50		157,50	157,50
Compras		55.892,04	55.892,04		38.266,79	38.266,79
Regularizações						
Saldo final		471,67	471,67		846,11	846,11
Gasto no período		56.266,48	56.266,48		37.578,18	37.578,18

RÉDITO

Quantias reconhecidas por categorias significativas de rédito:

Rubricas	2020	2019	Varição
Venda de bens	19.560,00		
Prestação de serviços	59.087,33	67.379,05	
Subsídios à Exploração (*)	146.973,39	111.958,55	
Dividendos			
Outros rendimentos e ganhos (*)	7.137,52	5.234,67	
Total	232.758,24	184.572,27	

(*) Outros rendimentos e ganhos e Subsídios à Exploração

O detalhe das rubricas acima mencionadas, em 31/12/2020, é o seguinte:

Verba Recebida do Acordo de Cooperação com a segurança social :	68.316,00€
Apoios da Junta de Freguesia:	4.200,00€
Apoios do IEFP	32.953,17€
Apoio do Banco Alimentar em géneros alimentares:	28.130,43€
Donativos diversos de Empresas	2.345,00€
Receitas de Angariação de fundos	2.779,28€
Receita com a Consignação IRS:	7.116,64€

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Ativos e passivos correntes em 31/12/2020:

Descrição	Mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Cientes (utentes)	13.573,12		13.573,12
Adiantamentos a fornecedores			
Outras contas a receber	3.434,73		3.434,73
Outros ativos financeiros			
Total dos ativos financeiros	17.007,85		17.007,85
Fornecedores	10.018,04		10.018,04
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	20.597,26		20.597,26
Outros passivos financeiros			
Total dos passivos financeiros	30.615,30		30.615,30

Caixa e depósitos bancários:

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa.....	3.758,29	3.873,49
Depósitos à ordem.....	12.435,73	7.773,82
Depósitos a Prazo.....	998,85	998,85
Total	17.192,87	12.646,16

Financiamentos obtidos

Descrição	31/12/2019			31/12/2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos		9.400,00	9.400,00		2.400,00	2.400,00
Locações financeiras						
Descobertos bancários						
Empréstimos de Fundadores (1)		38.619,07	38.619,07		38.619,07	38.619,07
Total		48.019,07	48.019,07		41.019,07	41.019,07

(1) Nota : Dívida de longo prazo, ao Fundador da Instituição sem acordo escrito e sem data prevista para devolução do respetivo montante.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No final de cada um dos períodos de 2019 e 2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2019		31/12/2020	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o rendimento				196,18
Retenção de impostos s/ rendimento	12,65	369,00		454,00
Imposto sobre o valor acrescentado	479,34		237,67	996,67
Outros impostos				
Contribuições para a Segurança Social		3.591,41		3.438,23
TOTAL	491,99	3.960,41	237,67	5.085,08

Nenhum dos valores em dívida ao Estado e outros entes públicos se encontrava em situação de mora nas datas referidas, pois a empresa possui a sua situação contributiva regularizada, quer com a segurança social, quer com a Autoridade Tributária.

O valor apresentado de saldo devedor em IVA, diz respeito ao IVA suportado relativamente às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades desenvolvidas pela instituição e foi objeto de pedido de restituição, que nos termos da legislação em vigor será restituído um montante equivalente a 50%.

RESULTADOS DO PERÍODO

Por fim resta acrescentar que os resultados contabilísticos deste período apresentam uma diminuição face aos resultados obtidos em 2019, pois apesar de apresentar um resultado positivo de 2.962,63€, é consideravelmente inferior.

Esta variação negativa deve-se ao facto de 2020 ser um ano atípico, pela questão da pandemia, que causou um impacto muito grande ao nível do funcionamento da instituição.

Tendo em conta o Plano de Contingência que foi implementado, foram criadas equipas em espelho, com paragens de duas semanas, sem possibilidade de recurso ao Lay-off, pois a instituição continuou a dar resposta ao Serviço de Apoio Domiciliário e ainda teve um aumento da procura dos serviços, o que acarretou aumento de custos ao nível de EPI's numa primeira fase, assim como outras despesas gerais.

Uma vez que as atividades de angariação de fundos tiveram que ficar suspensas, não se conseguiu o que estava previsto executar e que em anos anteriores se considera uma importante fonte de receita.

Apesar da política de contenção de gastos já implementada em anos anteriores, a instituição teve de se reinventar e recorreu às medidas de apoio do IEFP – MAREES, para conseguir cumprir com o plano de contingência e controlar o vírus, sendo certo que também permitiu uma redução na rubrica de Gastos de pessoal, quer ao nível das remunerações, quer ao nível dos encargos com a segurança social.

Para melhorar o equilíbrio financeiro, a instituição irá prosseguir com outras iniciativas de angariação de fundos, envolvendo a comunidade, em 2021, tendo em conta as limitações que o Estado Pandémico ainda o exige, por forma a garantir a continuidade de saldo positivo entre Rendimentos e Gastos.